

DESAFIOS DA ESCRITA POLÍTICA: POLÍTICA E RETÓRICA, BREVES ANOTAÇÕES SOBRE O *DE ORATORE*.

Patrícia Fontoura Aranovich¹

Resumo: O texto consiste em algumas considerações sobre as relações entre filosofia e retórica e seus lugares no campo político à luz da leitura do *De Oratore*.

Palavras-chave: Política – Retórica – Filosofia – Roma

A retórica pode ser considerada a escrita política por excelência, ou melhor, é a escrita para o espaço político, em todas as circunstâncias, e em particular quando se trata do discurso deliberativo.

Tomando a questão da perspectiva romana, em Quintiliano – que, aliás, tão bem resume a perspectiva de Cícero no livro XII de sua *Instituição Oratória* – a lemos expressa da seguinte maneira: “o orador que formo, quero que seja sábio [vale dizer, filósofo], mas um sábio romano, que se mostre um homem dedicado a seus concidadãos, não por disputas secretas, mas por sua experiência e prática”².

É bem conhecida a querela entre a filosofia e a retórica na construção do *De Oratore*, de Cícero; a questão perpassa toda a obra e é exposta e discutida diversas vezes e por vários pontos de vista. Sendo o objetivo do diálogo a formação do orador e, mais ainda, a formação do orador perfeito, trata-se de definir o lugar da filosofia nesta formação. Também é conhecida a disputa que se trava entre os dois grandes oradores, Crasso e Antônio, na qual o saber filosófico, entre outros, ocupa o centro. Para Crasso, o orador perfeito deve ter amplos conhecimentos, isto é, deve ser douto, o que significa conhecer as histórias, o direito, a filosofia e tudo o mais que for necessário para apresentar sua causa; Antônio contrapõe a esse projeto o argumento de que ele seria inalcançável, preferindo enfatizar a necessidade

¹ Professora adjunta do Departamento de Filosofia da EFLCH–UNIFESP. E-mail: patricia.aranovich@unifesp.br

² QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, XII, 2, 7.

que o orador tem da experiência. Essa oposição entre os dois oradores permite, no entanto, convergências importantes.

Pretendo expor brevemente algumas passagens desta obra relativas à querela entre a filosofia e a retórica.

No primeiro livro (45-69), Crasso acusa os filósofos de “terem afastado os oradores do governo das cidades, de excluí-los de todo saber e conhecimento das disciplinas mais elevadas e relegá-los a processos e assembleias de menor importância”³. Crasso afirma seu desacordo com eles e com o inventor dessa disputa, Platão, no *Górgias*, que, entretanto, foi um grande orador. Mas, uma vez que orador precisa ter abundantes argumentos para defender as causas, ele precisa de conhecimento, pelo que Crasso pergunta: “[o orador] não poderia mover-se com astúcia e perícia suficiente nessas circunstâncias sem um extenso trato dos assuntos públicos, nem sem conhecer as leis, os costumes, o direito, nem sem conhecer a natureza e a índole dos homens, mas quem possui esses conhecimentos, sem os quais ninguém pode bem dar conta dos deveres mais elementares de um advogado, poderá realmente ignorar algo das doutrinas mais elevadas?”⁴. Crasso sustenta ainda que o orador deve ser e será capaz de apresentar melhor os temas que seus estudiosos, pelo domínio do discurso ornado, ao aprender com eles o que for pertinente à causa que deve defender. Assim, a primeira solução para o orador dominar os temas de que deve tratar é que ele consulte o especialista pontualmente, a cada ocasião, seja a causa pertinente aos assuntos militares, ao direito ou à filosofia. Em seguida, ele avança na resposta e afirma que orador deve ele mesmo se aprofundar na filosofia e, visto que ela se divide em três partes: obscuridades da natureza, sutilezas do dizer e na vida e costumes dos homens, o orador deve, mais especificamente, dedicar-se a esta última parte. A filosofia moral é o terreno do orador e, se abandoná-la, não lhe restará nada em que sobressair-se. Dessa forma, mesmo que o orador possa apropriar-se oportunamente dos outros assuntos, para Crasso a filosofia não pode ser relegada à experiência. Por isso, mesmo nesse primeiro momento do diálogo, Cícero recusa as saídas platônicas de uma oratória despida da filosofia ou mesmo uma oratória a serviço da filosofia.

Em seguida, ainda no primeiro livro (83-93) é Antônio que discute a relação entre a filosofia/sabedoria e a oratória. Apresenta os argumentos de Carmada (cético) e Mnesarco (estóico). Mnesarco afirmava que os oradores são operários de língua célere e experiente, e apenas os sábios são verdadeiros oradores; identificava o sábio ao eloquente e ao virtuoso. Opondo-se a ele, Antônio apresenta os argumentos de Carmada, dos quais afirma ser mais próximo. Carmada dizia que o ensinamento retórico era deficiente, sobretudo pela falta da compreensão da filosofia moral e política e, por fim, que a eloquência não depende da arte retórica. Antônio julga persuasivo o argumento de que não existe uma arte e que ninguém pode falar com argúcia e abundância se não houver aprendido as lições dos homens doutíssimos em filosofia.

Bem adiante, Antônio, ainda no primeiro livro (219-233), perguntará a Crasso se ele pensa não ser possível mover o ânimo dos homens sem o conhecimento da filosofia. Antônio refuta esse argumento dizendo que, apesar de admirar a filosofia, acredita ser suficiente conhecer os costumes dos homens com os quais se convive e, desse modo, não dizer coisas

³ CÍCERO, *Do Orador*, I, 46.

⁴ CÍCERO, *Do Orador*, I, 48.

contrárias a esses costumes. A filosofia, ao contrário, cria obstáculos à prática oratória ao defender que as paixões, sem as quais não é possível mover os homens, devam ser suprimidas ou moderadas. “O orador, ao contrário, torna com suas palavras muito maiores e mais acerbas todas aquelas coisas que, na vida normal de todo dia, são consideradas perigosas e nocivas, e que, portanto, devem ser evitadas; e também exalta e torna mais atraente aquilo que é comumente considerado desejável e auspicioso. Sua aspiração não é aparecer sábio entre os tolos: nesse caso os ouvintes o teriam como um inepto ou um greguinho, ou, caso apreciassem sinceramente o engenho e admirassem a sabedoria do orador, suportariam mal passarem por tolos...”⁵. A oratória então age nos ânimos dos homens sem dar definições ou fazer perguntas filosóficas. Assim, ainda que admire a filosofia, Antônio diz que seu orador ocupa-se de outra coisa: “é um homem agudo, astuto por natureza e hábito, sagaz na percepção dos pensamentos, sentimentos, opiniões, expectativas de seus concidadãos e dos que quer persuadir com seu discurso”⁶. Desse modo, a filosofia deve ser reservada aos momentos de ócio e não deve guiar o orador, por colocar-se acima de tudo e de todos, a filosofia não é persuasiva; ela não pleiteia, é juíza. Antônio nos dá como exemplo o caso de Sócrates, “que se defendeu, em um julgamento capital, de forma a parecer não suplicante ou réu, mas mestre ou senhor dos juízes”⁷ e assim foi condenado, não uma, mas duas vezes.

A última passagem que vamos analisar (III, 56-73) trata a relação filosofia e retórica pela voz de Crasso, tido por porta-voz de Cícero. Nesta parte do diálogo, Crasso caminha para dar a última palavra no que diz respeito à formação do orador perfeito. Aqui Crasso lembra que os antigos gregos chamavam de sabedoria o método de pensar e falar; e enumera os considerados sábios entre gregos e romanos. Diz que entre os antigos a mesma doutrina ensinava a agir retamente e dizer bem e que, portanto, os mesmos homens eram preceptores da vida e do discurso. Mas foi na Grécia que esses dois saberes, que eram o mesmo, foram cindidos por homens que se afastavam das coisas civis e públicas, combatiam e desprezavam o exercício do discurso. Sócrates, este grande filósofo, foi o primeiro e mais importante deles; ele “roubou a denominação comum de filósofo ao separar, em suas discussões, a ciência de pensar sabiamente e a de falar de modo ornado, que eram uma só coisa (*res cohaerentes*)”⁸. Criou-se assim “o dissídio entre a língua e o coração, absurdo, inútil e repreensível”⁹. Crasso faz então um inventário das escolas derivadas de Sócrates, distintas e em desacordo entre si e todas se pretendendo socráticas.

Crasso se põe a procurar estas escolas a que serviria para formar seu orador perfeito e a mais concorde com o orador que será: “o autor de conselhos públicos, governante da cidade, o primeiro no senado, nas assembleias populares e nas causas públicas por suas opiniões e eloquência”¹⁰. É imediatamente afastada a possibilidade de ser a escola a epicurista, pelo afastamento das coisas públicas que esta escola assume, ao chamar os homens para longe dos palanques, dos tribunais e do senado¹¹. Também os estoicos, apesar de serem

⁵ CÍCERO, *Do Orador*, I, 221.

⁶ CÍCERO, *Do Orador*, I, 223.

⁷ CÍCERO, *Do Orador*, I, 231.

⁸ CÍCERO, *Do Orador*, III, 60.

⁹ CÍCERO, *Do Orador*, III, 61.

¹⁰ CÍCERO, *Do Orador*, III, 63.

¹¹ Ele acrescenta: “o que talvez seja sábio, na presente república”.

os únicos a considerar a eloquência uma virtude, não podem ser a escola escolhida, pois “em sua filosofia, há algo que afasta o orador que instruímos: dizem que todos os que não são sábios são escravos, ladrões, inimigos e insanos, e dizem também que ninguém é sábio; seria absurdo confiar uma assembleia, o senado ou qualquer reunião a quem não considera que nenhum dos presentes seja são, cidadão ou homem livre. Além disso, seu gênero de oratória, apesar de sutil e agudo, para um orador é seco, inusitado, inadequado aos ouvidos do vulgo, obscuro, pobre, vazio. Em suma, é de tal natureza a não poder ser usado de nenhum modo para falar ao vulgo”¹².

Depois, Crasso discorre sobre os peripatéticos e os acadêmicos, que provém diretamente da mesma fonte que foi originalmente separada por Sócrates, e os indica, tanto um como o outro, como modelo para o orador perfeito. Bem adiante, conclui: “Mas se um dia existir um homem capaz de falar pro e contra qualquer argumento, segundo o uso aristotélico, e de sustentar em qualquer causa, depois de haver estudado os preceitos deste filósofo, dois discursos contrários, ou que, ao modo de Arcesilau e Carnéades, seja capaz de conseguir contrapor qualquer argumento que lhe seja proposto e se souber unir a este método e a esse exercício o uso e o costume retórico do discurso, este será o verdadeiro, o perfeito, o único orador”¹³. Um orador que une experiência e doutrina.

A experiência, que Antônio prioriza e que Crasso também valoriza, é a prática de discursar e de compor os discursos com a finalidade de que sejam proferidos a um público. Significa que é uma parte fundamental da escrita política saber falar ao outro e, sobretudo, considerar aquele a quem se dirige a palavra como alguém digno dela; alguém a quem vale a pena, portanto, buscar persuadir: não um inferior, nem um tolo, nem um louco, nem um inimigo, mas um concidadão. Este é o limite da filosofia, para Antônio e Crasso, para Cícero, limite este que, quando ultrapassado, torna o discurso filosófico, independentemente de sua verdade, politicamente inútil.

CHALLENGES OF POLITICAL WRITING: POLITICS AND RHETORIC, BRIEF NOTES ON *DE ORATORE*

Abstract: The text consists of some considerations about the relations between philosophy and rhetoric and their places in the political field in the light of the reading of *De Oratore*.

Keyword: Politics – Rhetoric – Philosophy – Rome.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CICERO, M. T. *De Oratore*. Milano: BUR, 1994, 2000.

QUINTILIANO. *Institution Oratoire*. Paris: Les Belles Lettres, 2003.

¹² CÍCERO, *Do Orador*, III, 65.

¹³ CÍCERO, *Do Orador*, III, 80.